TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)

ATA DA REUNIÃO GAEPE – 26/08/2021

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COM OS PREFEITOS E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE 7 MUNICÍPIOS: ALVORADA D'OESTE, CACAULÂNDIA, CANDEIAS DO JAMARI, CHUPINGUAIA, JI-PARANÁ, SÃO FELIPE D'OESTE E SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

Reunião marcada com o objetivo de dialogar com os sete municípios, acima listados, que ainda não possuem previsão de retorno das aulas municipais escolares na modalidade presencial.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Yvonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Marcília Ferreira da Cunha e Castro, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, e Julian Imthon Farago, Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial Cível – GAECIV, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (AGEVISA/RO); Ismar Barbosa Cruz, representando o Instituto Articule; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora; Marcus Cezar Santos Pinto Filho, Secretário Geral de Controle Externo (TCE-RO); Mauro Consuelo S. de Sousa e Dalton Miranda Costa, Auditores de Controle Externo (TCE/RO); Vanderlei Tecchio, Prefeito, e Evandro Paulo Carneiro, Secretário de Educação do Município de Alvorada d'Oeste; Daniel Marcelino da Silva, Prefeito, Acássia Falcão Metzker de Oliveira, Secretária de Educação, e Klébia de Morais Rigo Gomes, Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Cacaulândia; Valteir Geraldo Gomes de Queiroz, Prefeito, e Maria da Conceição Silva Pinheiro (Ceiça), Secretária de Educação do Município de Candeias do Jamari; Rosilene Monteiro, Secretária de Educação, e Ana Paula S. Albuquerque, Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Educação do Município de Chupinguaia; Isaú Raimundo da Fonseca, Prefeito, e Jefferson Lima Barbosa, Secretário de Educação do Município de Ji-Paraná; Edson de Oliveira, Vice-Prefeito, e Cleide Paião da Silva Gabriel, Secretária de Educação de São Felipe d'Oeste; Cornélio Duarte de Carvalho, Prefeito, e Mauri Vidal Ribeiro, Secretário de Educação do Município de São Miguel do Guaporé.

O Dr. ISMAR, mediador da conversa, inicia o encontro cumprimentando a todos os presentes. Destaca o objetivo de, em conjunto, avaliar e conhecer melhor a realidade desses sete municípios, discorrendo sobre as dificuldades para o retorno das aulas presenciais. Aproveita a oportunidade também para trazer a trajetória e os anseios do GAEPE, apresentando as ações do Gabinete ao longo de seu tempo de existência, que não busca substituir as competências dos órgãos que compõem o grupo, mas o exercício de todos baseados em pontos comuns, procurando, com a reunião de hoje, ajudar os municípios com as dificuldades enfrentadas.

A palavra é passada ao Secretário-Geral MARCUS CÉZAR que, conforme demarcado pelo Dr. Ismar, informa o escopo da apresentação que ocorrerá, baseada nos parâmetros indicados pela vigilância epidemiológica, pela imunização do Covid, os indicadores de desempenho de aprendizagem e fluxo escolar, além de informações acerca das características das redes nos municípios, que culminou na

elaboração de um relatório, desenvolvido pelos Auditores Mauro Consuelo e Dalton Miranda.

O Sr. DALTON assume a palavra e dá uma breve síntese dos trabalhos feitos pelo Tribunal de Contas, com o acompanhamento das ações de planejamento do retorno presencial e o monitoramento de sua implantação. Destaca que, durante essa supervisão, os gestores municipais aproveitaram para aperfeiçoar seus trabalhos junto ao Tribunal. Entretanto, mesmo com a diminuição dos casos de Covid e o avanço da imunização, ações concretas não foram iniciadas para o retorno presencial nos sete municípios apontados. Compartilha sua tela, trazendo informações sobre os números de casos e vacinações, com a consequente abertura de outras atividades sociais, mas o manutenção da suspensão presencial do ensino. Destaca, ainda, os níveis baixos de aprendizagem dos alunos.

Havendo problemas na conexão do Sr. Dalton, a palavra é passada ao Presidente PAULO CURI, que cumprimenta a todos. Destaca que, dentro do Tribunal de Contas, o tema da educação vem sendo priorizada, e que, apesar das ações direcionadas pelo diálogo e integração das instituições e órgãos, a fiscalização das entidades participantes não será esquecida. Procura-se, através do GAEPE, promover ações para que o retorno presencial das aulas aconteça, visando minimizar e começar a reverter os prejuízos advindos da pandemia. Enfatiza os problemas com a postergação do retorno presencial, e que 80% dos municípios do Estado já se programaram para retornar em agosto ou setembro de 2021.

A Dra. MARCÍLIA inicia sua fala cumprimentando a todos. Traz as perspectivas de sua atuação no município de Ji-Paraná, que ainda não possui, como os outros seis municípios, data de retorno para as aulas presenciais. Trata-se de um momento importante não só de mobilização, mas de sensibilização para conseguir retornar com as atividades, já que outras áreas sociais se encontram em funcionamento.

Passada a palavra ao Dr. JULIAN que, após cumprimentar a todos, fala sobre os reflexos negativos com o mantimento único das aulas remotas: um esforço grande com resultados pequenos. A ideia é transformar a educação não apenas como atividade essencial, mas prioritária. Destaca que não se trata de um retorno a qualquer custo, e sim com responsabilidade, mas que, sendo possível, que seja iniciado. Traz sua preocupação com o município de Candeias do Jamari, por atender também ao município de Porto Velho.

Começando os debates, abrindo-se a palavra aos prefeitos, secretários e demais representantes, o Prefeito ISAÚ FONSECA, de Ji-Paraná, é o primeiro indicado, vez que a apresentação do Dr. Dalton o aludiu preliminarmente. Traz um retrato do município com a pandemia enfrentada, e que apesar da vacinação trazer resultados positivos, o medo da 3ª onda da pandemia paralisa a Prefeitura. Encontram-se receosos para retornar com as aulas presenciais, vez que as crianças não sabem se cuidar, e muitas também não respeitam os comandos que deverão ser seguidos. Entretanto, há previsão para o retorno no mês de outubro. O Secretário JEFERSON BARBOSA se manifesta para informar que retornarão em outubro em razão da falta de professores e demais profissionais, o que vem sendo trabalhado. As escolas estão sendo preparadas, e nove delas retornarão em data a ser decidida, de forma gradativa e cuidadosa. Destaca também suas dificuldades com o transporte escolar, o que vem sendo um empecilho para o retorno de escolas rurais.

O Presidente PAULO CURI aproveita a oportunidade para dizer que entende a preocupação exposta pelo Prefeito, mas se as autoridades sanitárias firmam que o retorno presencial é possível, ele deve ser feito. Sugere a possibilidade de retornarem ainda em setembro, levando em conta que os professores, mesmo que poucos, vem mantendo o ensino remoto, o que pode ser transferido ao ensino presencial.

A Dra. MARCÍLIA, pedindo a palavra, pontua que o transporte escolar é importante, mas não imprescindível no momento, por se tratar de um retorno híbrido, mas que deve começar. Quanto à falta de profissionais, levando em conta o percentual que retornará, serão poucos os profissionais que serão colocados presencialmente, e que esse obstáculo também não pode ser condicionante ao retorno presencial. É uma construção, e precisa ser iniciada.

A Dra. YVONETE destaca sua sensibilização com o município de Ji-Paraná, mas ratifica as falas trazidas pelo Presidente Paulo Curi e pela Dra. Marcília. Entende a preocupação do Prefeito, mas que devem

ser tomadas as medidas para que a educação seja retomada, pois, em havendo uma 3ª onda, as aulas novamente seriam paralisadas, sendo sempre pensado no retorno somente quando as condições sanitárias permitirem.

O Prefeito ISAÚ retoma a palavra para firmar compromisso em retornar com as aulas presenciais o mais rápido possível, comprometendo-se em fazê-lo até meados do mês de setembro. O Presidente PAULO CURI põe o Tribunal de Contas à disposição para orientar o município em todas as dificuldades enfrentadas. O Secretário-Geral MARCUS pede a palavra para informar que uma equipe de Auditores se deslocará ao município de Ji-Paraná, para orientá-los nos pontos necessários.

O Dr. ISMAR retoma a palavra para passar os debates ao município de Candeias do Jamari. O Sr. DALTON traz as informações do relatório realizado, referente à vacinação, números de contágio e atividades em operação, além de dados sobre a aprendizagem e os recursos destinados ao município. A palavra é passada à Secretária CEIÇA, que informa a chegada de mobiliários para as salas de aula. Mesmo assim, são várias as dificuldades enfrentadas, principalmente relacionadas à falta de profissionais, mas que estão buscando uma forma de fazer a contratação para um retorno efetivo. Destaca a necessidade de se manterem os protocolos sanitários através do monitoramento que está sendo feito, informando que se pretende retornar no dia 4 de outubro, iniciando com a educação infantil com 30% de ocupação.

A Prof.ª RITA pede a palavra e parabeniza a luta da Secretária Ceiça com o retorno ainda esse ano. Convida-a para que pense, referente à conversa com os pais para atender todas as crianças de uma vez, sobre um retorno escalonado e alternativo delas, acolhendo a todas. Mesmo havendo repetição de matéria para o professor durante a semana, é necessário trazê-las para as escolas, desenvolvendo suas habilidades sociais e aprendizagens.

Tratando a seguir sobre São Miguel do Guaporé, a apresentação dos dados do município, relativo aos mesmos pontos dos outros municípios, é feita pelo Sr. Dalton. O Secretário MAURI VIDAL, antes de iniciar, informa que a ausência do Prefeito se deve pela ocorrência de outra reunião. Fala, então, que são muitos os problemas que estão enfrentando (ônibus depredados, falta de mobiliários e de estrutura). Aproveita para destacar que o Prefeito sinalizou que não retornarão devido a esses e outros problemas surgidos com a pandemia. Porém, esclarece que o município possui os recursos necessários para o retorno, mas sem o aval do Prefeito não há como retornar. Pede que o grupo do Tribunal de Contas também os acompanhe, vez que faltam incentivos e orientação aos gestores. O Presidente PAULO CURI pede a palavra e fala que os auditores irão orientá-los também, como em Ji-Paraná. Ainda, sugere que seja pedido ao Prefeito para, caso consiga, que ingresse na reunião. Enfatiza que nos locais onde voltar às aulas presenciais de forma segura é possível, o retorno é obrigatório.

A Dra. MARCÍLIA ressalta a questão da fiscalização, independentemente dos resultados pretendidos com o diálogo proposto pelo Gabinete. Assegura que há possibilidades de consequências com as decisões negligentes dos gestores. Ressalta também que há Notas Técnicas, inclusive do GAEPE, indicando um retorno das aulas presenciais de forma planejada e segura. Sugere, ainda, que sejam revistos os Planos de Retorno que já estão prontos desde o ano passado, como o caso do município de Ji-Paraná, para adequá-los de acordo com as necessidades de agora. A Prof.ª RITA se põe à disposição para ajudar o município na revisão.

O Dr. JULIAN pede a palavra para reforçar que, conforme fala do Presidente Paulo Curi, havendo possibilidades para o retorno, deixa a medida de ser uma ação facultativa, tornando-se obrigatória. Um ponto crucial é reabrir as escolas que conseguem obedecer e manter os protocolos sanitários. Como falado pela Prof.ª Rita, o importante é o acolhimento dos alunos. Informa ainda que a porcentagem de pais que não querem o retorno das aulas por causa da pandemia é bem pequena, sendo um percentual de 85% dos fatores alheios ao Coronavírus.

A Dra. FLÁVIA pede a palavra para enfatizar o apoio dado pela AGEVISA junto ao Gabinete, inclusive na elaboração de Notas Técnicas, para apoiar os gestores em um retorno escolar presencial seguro. Com o avanço da vacinação, o vírus não é mais uma ameaça, encontrando-se o Estado em situação confortável de controle epidemiológico para que o retorno ocorra.

Passa-se ao município de Alvorada d'Oeste. O Sr. DALTON traz as informações sobre o município, nos mesmos moldes anteriores. Após, o Prefeito VANDERLEI TECCHIO traz que não há registros de casos de Covid no município, o que o tranquiliza para retornarem com as aulas municipais presenciais no dia 20 de setembro. O Secretário EVANDRO assume a palavra para dizer que não haviam determinado a data em razão dos problemas com o transporte escolar, da falta de equipamentos nas escolas e demais dificuldades. Destaca que o monitoramento da implantação dos protocolos nas escolas está quase completo.

O Presidente PAULO CURI, pedindo para se manifestar, sugere que seja pensado um retorno para o dia 1º de setembro, de forma responsável e escalonada. Destaca ainda que o Tribunal de Contas está com um programa de apoio aos municípios para avaliação diagnóstica dos alunos, levantamento importante para minimizar os prejuízos. O Secretário EVANDRO retoma para dizer que a intenção, assim como de outros Secretários, era retornar em agosto, mas que isso não foi possível por causa das minúcias anteriormente expostas. Ressalta ainda que estão atendendo, desde junho, as escolas rurais com o reforço paulatino de alunos com déficits de aprendizagem. A Prof.ª RITA reforça o convite para participação no programa de avaliação diagnóstica. Também fala sobre a educação infantil, aduzindo que, se as escolas dessa área já estão preparadas para o retorno, que estas também retornem presencialmente.

Inicia-se o debate sobre o município de Cacaulândia. O Sr. DALTON faz a respectiva apresentação. A palavra é passada ao Prefeito DANIEL MARCELINO, que fala sobre a luta do município para organizar o retorno. Os ônibus encontram-se organizados, e, apesar das negativas da população, entende que quando começar a retornar, os pais enviarão seus filhos. A palavra é passada para a Secretária ACÁSSIA, que informa acerca da revisão do plano de retorno montado pela comissão, para reajustes com a realidade de agora. Com a fala da Prof.ª Rita, vislumbrou a possibilidade de retornar não todas as escolas, mas as que estariam melhor organizadas, de forma gradativa. Como as redes dos outros municípios, estão com dificuldades também.

A Presidente KLÉBIA (Conselho Municipal de Educação) toma a palavra para trazer a grande dificuldade com a conscientização dos pais, além das preocupações em como retornar e receber as crianças. Aproveita para agradecer o apoio dado pelo Gabinete. A Prof.ª RITA ressalta sua reunião com a Secretária no dia seguinte, para um diagnóstico das escolas e suas dificuldades particulares, visando um retorno seletivo e organizado. Pergunta se uma data foi pensada para o retorno efetivo. A Secretária ACÁSSIA informa que no fim de setembro e início de outubro. O Presidente PAULO CURI destaca que seria extremamente importante, com a reunião de amanhã, determinar uma data. O Dr. ISMAR destaca também a Nota Técnica feita pelo GAEPE, e que pode ser usada para os debates com os pais, principalmente voltados ao retorno escolar.

Com a entrada do Prefeito CORNÉLIO do município de São Miguel do Guaporé, retornam as discussões referente àquele município. O Presidente PAULO CURI expõe o objetivo do encontro e a apresentação feita sobre a realidade do município pelo Sr. Dalton, sinalizando o parecer favorável da autoridade sanitária do Estado para o retorno presencial das aulas, inclusive ratificado pela Dra. Flávia, representante da AGEVISA. Destaca que as outras áreas econômicas do município se encontram em pleno funcionamento, e ainda a obrigatoriedade de um retorno presencial com um cenário de saúde favorável.

Passada a palavra ao PREFEITO, este traz que São Miguel foi extremamente atacado pelo vírus no início da pandemia. Entretanto, conseguiram zerar os casos posteriormente, mas quando fragilizaram o Decreto, os casos aumentaram de novo. Dessa forma, estavam esperando uma manifestação das autoridades parceiras da administração pública para que pudessem tomar as providências pertinentes. Estavam se organizando para retornar as aulas no início de 2022, mas com a iniciativa do Gabinete, pretende-se retornar em conjunto com as aulas estaduais do município. O Presidente PAULO CURI destaca a importância de se definir uma data, e que, com a fala anterior do Secretário Mauri, vislumbra a possibilidade de as aulas municipais retornarem antes das estaduais. A Prof.ª RITA pede a palavra para destacar que o Estado pode acabar atrasando o retorno municipal, visto que algum empecilho pode travar o retorno, o que acarretaria também no atraso das escolas municipais.

Avança-se ao município de Chupinguaia. O Sr. DALTON traz as informações pertinentes. A Coordenadora ANA PAULA, assumindo a palavra e apresentando a Secretária Rosilene ao seu lado, informa que definiram a data de retorno para o dia 04 de outubro, de forma gradual, pondo em prática o plano municipal e as adequações específicas de cada instituição. Possuem um comitê de retorno às aulas que estão visitando as instituições e apontando o que precisa ser adequado. Já deram início às conversas e reuniões com os funcionários e os pais. Encontram-se, como falado pelos outros Secretários, com dificuldades a respeito dos ônibus escolares, que estão passando por processo de legalização, mas que não estão condicionados a ocorrência do retorno. A escolha da data de retorno apenas em outubro também está atrelada ao recebimento da 2ª dose nos profissionais da educação, que ocorrerá agora em setembro.

Após perguntas da Dra. Yvonete, a Coordenadora ANA PAULA especifica que, como os ônibus são terceirizados, encontram-se com as licitações em trâmites. A Prof.ª RITA pergunta se somente as escolas urbanas irão retornar. A Coordenadora ANA PAULA informa que não; as escolas de pequenos distritos do município, que estão aptas para o retorno presencial, também o farão. O retorno só não irá ocorrer, de forma imediata, naquelas escolas que dependem do transporte escolar. A Prof.ª Rita faz a seguir alguns apontamentos sobre as turmas escolares a serem priorizadas.

Volta-se ao último município, São Felipe d'Oeste. A apresentação referente ao município é feita pelo Sr. DALTON. O Vice-Prefeito EDSON cumprimenta a todos, e destaca que antes da reunião, tinha um pensamento negativo com o retorno às aulas. Mas com as informações da saúde e da educação no decorrer da tarde, a ideia começou a ser mudada. Pretendia-se retornar apenas em 2022, mas após muito ouvir, percebeu que o adiamento do retorno presencial é mais grave do que imaginava.

A Secretária CLEIDE, que está presente, mas com problemas de conectividade, informou que marcará uma reunião com o Gabinete para determinar uma data para o retorno presencial o mais breve possível. Tem-se que a rede estadual retornará dia 13. Informa ainda que a frota do transporte escolar se encontra organizada, mas, como explanado, também possui problemas estruturais. A Dra. MARCÍLIA pede a palavra para falar de sua satisfação com a fala do Vice-Prefeito. Pede que entrem em contato com o município de Pimenta Bueno, para troca de experiências, visando um retorno presencial para o município de São Felipe. A Secretária CLEIDE, através do chat, sinaliza pelo acompanhamento do município pelo Tribunal de Contas. O Secretário-Geral MARCUS confirma o apoio a ser ofertado.

Caminhando para o final da reunião, é sugerido que uma data limite seja determinada para que os municípios que ainda não definiram o dia do retorno informem ao Gabinete. A Dra. Marcília sugere que em até 10 dias a informação seja repassada, sendo em seguida sugerido pela Dra. Yvonete o encaminhamento de um ofício aos municípios para informarem, dentro do prazo, a data escolhida. O Dr. Ismar aproveita para convidar os gestores aos encontros do GAEPE, sendo a reunião finalizada com os agradecimentos do Presidente Paulo Curi.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.

Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE**, **Analista**, em 13/09/2021, às 11:26, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e do art. 4º da Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tce.ro.gov.br/validar, informando o código verificador **0329321** e o código CRC **A21B229E**.